

COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
GESTÃO 2023/2025

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Reunião virtual via aplicativo Google Meet

DATA: 15/10/2025

Em quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 14:00h, horário da primeira convocação, com 11 conselheiros presentes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Ordinária, pelo Presidente Nivaldo Callegari, o qual deu início aos trabalhos de acordo com a pauta da convocação.

1. Aprovação da Ata da 21ª RO realizada em 17/09/25 – Ata enviada para leitura previamente, **foi aprovada por unanimidade.**

2. Informes da Mesa Diretora

a) Alteração da data da presente reunião, 22ª RO, votada via whatsapp e nos informes para constar em ata que o motivo da alteração foi a coincidência com a data da eleição da sociedade civil do Conselho de Gestão da Serra do Japi.

b) Ofício 15/2025 enviado a SMPUMA complementação de respostas

c) Ofício 16/2025 enviado SMISP cobrando respostas do ofício 08/2025 e outros temas de resíduos sólidos

d) Proposta de alteração da composição do Comdema será encaminhada a CTFL para análise e parecer na próxima reunião.

e) **alteração da ordem da pauta** solicitada pelo conselheiro Carlos Pereira com a finalidade de agrupar os assuntos, e do conselheiro Wagner para iniciar pela Comissão eleitoral. **Aprovadas por unanimidade.**

3. Comissão Eleitoral

a) **Andamento das inscrições da sociedade civil para a Gestão 2025 – 2027.** A conselheira Joana Carvalho informou que foi enviado aos conselheiros o edital contendo as inscrições deferidas, não houve inscrições indeferidas e a eleição ficou marcada para o dia 22/10/2025 às 15h no Paço Municipal. O conselheiro Battaglini questionou se haverá eleição formal, vai ter disputas por vagas ou ainda vai irão sobrar vagas. Joana informou que não haverá disputa por vagas e que a reunião de eleição servirá para as entidades se apresentarem, uma vez que houve apenas 10 inscrições de entidades, restando outras 10 vagas. O conselheiro Pedro Pontes registrou seu lamento com relação a vagas em aberto sem inscrição.

4. Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo (CTUOS):

a) **Análise da resposta ao Ofício 001/2025 do COMDEMA.** O secretário Wagner realizou a leitura do parecer. Nivaldo parabenizou a todas as CTs pela leitura e

análise do material enviado pela prefeitura o que foi um trabalho árduo. Não houver questões. **Parecer aprovado por unanimidade.**

- b) **Parecer Técnico sobre o processo SEI PMJ 0004634-2025 Certidão de uso do Solo;** o secretário Wagner informou que devido recebimento do parecer do Conselho da Serra muito próximo a atual reunião, a CTUOS não conseguiu emitir parecer, ficando para a próxima reunião.
- c) **Parecer Técnico sobre o processo SEI PMJ 0027520/2025 Obra Rodoviária.** Realizada a leitura do parecer pela Conselheira Maria Helena. A conselheira Joana questionou o índice de compensação ambiental por supressão de vegetação utilizado, pois divergia da regra da Resolução SEMIL 002/2024. O conselheiro Carlos Pereira informou que o parecer estabelece que 1,5x deve ser compensado através de restauração florestal e o saldo remanescente de 1,5x poderia ser utilizado a compra de mata em pé, ou seja, para que não haja perda de cobertura vegetal no município o parecer propõe uma trava de 1,5 vez na modalidade restauração florestal. O conselheiro Battaglini propôs uma alteração na redação do parágrafo do parecer, para ficar mais claro a questão do método, pois a leitura rápida pode confundir, parecendo que indica apenas 1,5 vez como o índice de compensação final. O conselheiro Pedro Pontes solicitou as seguintes mudanças, considerando o poder deliberativo do Comdema: 4.3 Item II – substituir a palavra “recomenda-se” por “avaliar” na parte da compensação florestal; na questão da água retirar o “recomenda-se” e manter as análises de água como obrigatórias. Quanto a sinalização de aviso sobre a fauna, por que só na fase de obras e não em definitivo na área? Maria Helena explicou que com relação sinalização, ainda poderá ser estipulada passagem de fauna e o que faria com que a sinalização fosse definida no projeto. **Parecer Técnico aprovado com as alterações, por unanimidade.**

5. Câmara Técnica de Fiscalização e Legislação (CTFL)

- a) **Análise da resposta ao Ofício 001/2025 do COMDEMA.** Conselheiro Pedro Pontes realizou a leitura do parecer. **Parecer Técnico aprovado por unanimidade.**
- b) **Parecer Técnico sobre o ofício da Câmara de Vereadores sobre PL 14.937/2025 uso de áreas públicas em projetos de carbono.** Conselheiro Pedro Pontes realizou a leitura do parecer. O conselheiro Carlos Pereira opinou que discorda da conclusão do parecer com encaminhamento a outras CTs e ao Conselho da Serra, pois o parecer está bastante rico e o assunto é muito novo. A conselheira Maria Helena opinou que o assunto é muito novo e que o município dispõe de pouco conhecimento e entende que o DMA não tem muito mais a contribuir no momento com o parecer. A conselheira Silvia Merlo corrobora com as manifestações anteriores e que este parecer já é suficiente para retorno a Câmara para melhoria também do Projeto de Lei e novos estudos naquela casa. Nivaldo agradeceu a CTFL pelo estudo aprofundado do tema e sugeriu a correção com relação aos encaminhamentos, encerrando o tema no COMDEMA e fazendo a devolução a Câmara de Vereadores. **Parecer Técnico aprovado com as alterações, por unanimidade.**

6. Câmara Técnica do Fundo Municipal de Conservação da Qualidade Ambiental (CTFMCQA)

- a) **Análise da resposta ao Ofício 001/2025 do COMDEMA.** O parecer foi lido pelo Conselheiro Battaglini. O conselheiro Guilherme Lima, informou que foi concluído o trabalho do IPT e que a SMISP está fazendo o recebimento final do material. Nivaldo propôs a inclusão no parecer de uma apresentação do material pela empresa ou pela secretaria responsável ao conselho ou através de reunião pública. **Parecer com inclusão, aprovado por unanimidade.**

7. Câmara Técnica de Recursos Hídricos (CTRH)

- a) **Análise da resposta ao Ofício 001/2025 do COMDEMA.** A CTRH não elaborou parecer com relação ao tema.

O conselheiro Fábio Pereira apresentou uma observação sobre a câmara técnica de recursos hídricos. Como eu disse, ficou a câmera, ficou CT, cidadão técnico de recursos hídricos. Porque eu tive que, por livre iniciativa e vontade de correr atrás de tudo e trazer os elementos que eu disse que até então estava dizendo aqui, eu trouxe eles documentalmente para todos aqui. E isso gerou alguns questionamentos que foram enviados e não foram respondidos. Até onde eu sei, a questão é que hoje a gente tá com o nível do Sistema Cantareira em 25%, o menor a 10 anos, e o segundo menor em 20 anos. A gente está com um problema de ocupação lá na cabeceira do do Rio Jundiaí Mirim, em Jarinu, naquela Fazenda Campo Verde. Lembra que quando era um loteamento Jundiaí foi com força, não deixou esse loteamento sair. Eu lembro dessa reunião, todo mundo se manifestou, Ministério Público, Gaema. E aí naquela época a gente conseguiu, suspender, foram suspensas as licenças, mas esse projeto, esse empreendimento voltou, gente, e ele voltou com uma configuração diferente, com lotes de 20.000 m², para pessoas de um público de altíssimo padrão. Eu chamo a atenção de vocês porque ali está fora da rota da maioria de nós, né? Como eu já disse várias vezes aqui, todo mundo acredita que a Serra do Japi é o principal ativo ambiental da cidade. Infelizmente é um equívoco em relação à questão econômica. Porque a água não sai da Serra do Japi. A Serra do Japi não abastece nenhum bairro sequer com a sua capacidade hídrica. Isso não faz com que ela seja menos importante, não é isso. Mas eu estou avaliando aqui uma questão econômica, desenvolvimento econômico. E aí, gente, eu estou muito preocupado com aquele empreendimento, porque a quantidade de movimentação de terra, todos podem ver em qualquer imagem no Google Earth, é imensa e isso a gente sabe onde vai parar, vai parar dentro da nossa represa. Então, eu queria aproveitar aqui para fazer uma crítica também, porque eu estou achando muito tímida a atuação do atual governo em relação a esse tema. Eu não participei de algumas reuniões. Me desculpem se caso em algum momento o pessoal, a nova responsável pelos recursos hídricos veio aqui até esse conselho prestar algum tipo de conta pra gente ou trazer as respostas para as questões que fizemos, que são questões fundamentadas em fatos, em documentos, não é coisas que saíram da cabeça de ninguém. Então, gente, eu queria só deixar esse alerta que a gente está no menor índice de água de todos os tempos. Nós continuamos não diminuindo as nossas perdas, a gente continua não gerenciando as cabeceiras da bacia do Jundiaí Mirim. Pelo contrário, esse empreendimento que foge da nossa capacidade, que é em Jarinu, vai trazer grande impacto e um volume imenso de sedimentos para o nosso sistema de abastecimento. Então eu queria mais uma vez, como bom brasileiro que não desiste nunca, deixar para vocês aqui mais uma vez a importância de a gente não deixar esse assunto

dormir. Esse assunto não pode voltar quando a gente tiver um problema, um colapso. Então esse é o meu alerta e gostaria de saber se tivermos alguma resposta, por gentileza. Se teve, Wagner, depois você informa para a gente em relação aos ofícios que nós encaminhamos no ano passado, inclusive para o DAE e em relação também à gestão do desassoreamento da bacia do Jundiá Mirim.

Também fizemos, uma denúncia que nós recebemos para esses assuntos, porque se a gente não tratar disso agora na estiagem, com o Cantareira em 25%, a gente não vai tratar nunca mais, né? Obrigado.

8. Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA)

a) Análise da resposta ao Ofício 001/2025 do COMDEMA. O parecer foi lido pelo Conselheiro Battaglini. Não houve questões ou sugestões. **Parecer aprovado por unanimidade.**

9. Outros assuntos – A conselheira Joana solicitou consignar em ata que o regimento interno está tramitando, por meio do processo SEI 29.006/2025 e que tem dado atenção ao assunto, evitando atrasos em seu tramite. No momento o processo está em análise jurídica.

O conselheiro Guilherme informa ao conselho a respeito do processo que foi tratado aqui da certidão de uso do solo para TNBV Empreendimentos, que fica localizado no território de gestão da Serra do Japi, o processo passou a pedido da Divisão de Uso e Ocupação do Solo/SMPUMA, passou na pelo Conselho de Gestão da Serra do Japi e depois passou pelo Comdema, ambos os conselhos favoráveis à emissão da certidão de uso do solo, tendo como contrapartida aquela história do cálculo de um valor baseado no EIV para revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica e o estudo do da zona de amortecimento, essa certidão de uso do solo foi negada pela DUOS e encerrou o processo nesse sentido. Então, só para dizer para vocês que como não foi deferida a certidão de uso do solo, não teremos a assinatura do TCA. Então, esse assunto foi encerrado. A certidão de uso do solo, caso o Comdema, os conselheiros queiram ver, eu vou solicitar só que seja colocado em ata para que eu possa trazer cópia ao conselho, devido a LGPD. Mas aí se vocês tiverem interesse de ler o parecer da divisão de uso do solo, porque foi negada a certidão de uso do solo, vocês façam a solicitação e eu encaminho isso sem problema algum. Só para dar esse retorno para vocês.

O conselheiro Fábio Pereira gostaria de saber quais são as atribuições da Diretoria de Apoio aos Conselhos, porque essa diretoria deveria ter o papel de ouvir as nossas dores, sabe, e levar isso de alguma forma para o governo, para ver como que a gente articula melhor, discute melhor essas questões, desses retornos que a gente não tem dessas respostas que não são exatamente a gente gostaria de ouvir. Então, acho que essa diretoria de conselhos deveria, se não é atribuição, deveria ter essa atribuição de fazer esse meio de campo para a gente, pra gente ser mais assertivo nos processos, porque isso toma o nosso tempo, é trabalhoso, as pessoas que fazem esses pareceres param para fazer isso, isso não pode ficar no vazio. Então assim, realmente isso precisa mudar na minha opinião.

O representante da Diretoria de Conselhos, Rogerio Levada, respondeu ao Fábio que o pedido feito é uma coisa que exige um conhecimento técnico que não é exigido para essa diretoria. O conhecimento que nós temos é o conhecimento muito mais jurídico para apoiar vocês na parte de publicações, na parte de despachos, na parte de regimentos, e assim vai. Então, essa parte técnica que que você tá pedindo para que a gente seja um pouco mais atuante para auxiliá-los é impossível. Nós não temos esse profissional, quem tem é

o Comdema, quem tem é o Conselho de Gestão da Serra do Japi, que são a parte mais de engenharia e de conhecimento ambiental.

Fábio retomou a palavra e complementou dizendo sobre sua participação ao longo de 18 anos de conselho e que não foi apoio técnico, porque aqui, inclusive, no Comdema, a gente tem uma galera super bem capacitada tecnicamente no âmbito da questão ambiental. O que eu estou falando aqui é apoio administrativo, como já diz bem o presidente aqui hoje, é função da Secretaria de Meio Ambiente. O que nós estamos pedindo é apoio político, é articulação política, é chegar na Casa Civil, é chegar no Prefeito, onde quer que seja e dizer: "Ó, nós precisamos criar um canal de comunicação entre os órgãos e o conselho para que as suas demandas, que são nobres, genuínas e tem fundamento e conhecimento de vivência de cidadãos que estão há 20 anos aqui discutindo os temas, que isso seja olhado de uma outra forma", porque é promessa inclusive de governo, desse atual governo do Gustavo. Sim, valorização dos conselhos. Então essa valorização tem que ser feita de forma política. Então o que nós estamos precisando é de apoio político para que a gente não fique esperando 200 dias por uma resposta, para que as respostas não venham feitas de qualquer jeito ou porque as respostas não sejam ignoradas como são hoje, como eu dei exemplo aqui. Então é uma articulação política. O apoio administrativo é do Secretário de Meio Ambiente e a capacidade técnica também. Obrigado.

A convidada Leticia Maria Pereira, do Coletivo Japy, solicitou uma fala e vem apontar a questão aí dos últimos dois incêndios que a gente teve, na Serra do Japi e ficou nítido, para quem esteve presente, eu estive presente como apoio a Brigada Voluntária que atuou lá, junto com Defesa Civil, a Guarda e o Corpo de Bombeiros, é muito nítido a falta de um gabinete de crise ali nesses cenários. Fica todo mundo batendo cabeça igual a barata tonta e isso só aumenta, o estrago feito pelos incêndios, pelo fogo, e quem sofre mais é a nossa Serra e também, os animais que vivem ali. Então, acho que pelo Comdema, se pudesse pautar isso, sugerir como já foi sugerido em outras vezes, até pela Frente Parlamentar de desastres climáticos, e pelo próprio Coletivo Japy que se integrasse essas forças, dentro de um gabinete para estar atuando de forma mais eficaz, e com mais sinergia nesses casos de incêndio, porque é muito triste, realmente você tá vendo o fogo ali avançando e deu 4 horas, a gente está indo embora por que não apaga fogo depois disso? Acho que são questões aí que devem ser avaliadas. Num primeiro fogo, realmente a gente a guarda simplesmente subi sumiu e não dava nenhum suporte, nem suporte com drone. Para vocês terem uma ideia, nos dois episódios, quem subiu o drone para fazer a avaliação do local foi o Neco pelo pessoal da SAB Santa Clara e o pessoal da Brigada Yapi Yapi, que é uma brigada voluntária que com dois membros e fizeram muito também ali, ajudaram muito na questão de enxergar como estava sendo o comportamento do incêndio. Então falta muito isso e acho que fica aí essa provocação, porque precisa melhorar, gente, porque senão cada vez mais o fogo vai avançando e a gente vai perder muita área.

O conselheiro Tenente Sanches do Corpo de Bombeiros respondeu que diante da fala, da Letícia, só posicionando também, trazendo aí informações relativas ao Corpo de Bombeiros. O Corpo de bombeiros, ele tem uma responsabilidade por lei, de atuação frente a qualquer assunto atinente a incêndios e a incêndios em vegetação também. Nós atuamos, como a Letícia bem disse, nas duas ocorrências na Serra do Japi, não só nessas duas, em todas os incêndios que acontecem na Serra, a gente acaba atuando. As forças elas atuam, de forma conjunta, principalmente, nós do Corpo de Bombeiros, a Divisão Florestal da Guarda Municipal aqui de Jundiá, a Defesa Civil. Esses incêndios são de difícil combate, geralmente são áreas extensas, mata fechada, locais de difícil acesso. E não estou dizendo que nesse caso pode ser que algum órgão tenha vindo a falhar, mas às vezes a atuação ela nem é vista, por conta da extensão. Alguns órgãos atuam no ponto

do fogo, outros em outro ponto, mas já existe sim uma atuação conjunta e com relação à organização da ocorrência, o Corpo de Bombeiros, ele tem uma responsabilidade por Lei de estabelecer o posto de comando e fazer a organização ali da atuação no cenário. Eu não estive presente nessas duas ocorrências, não estava de serviço no dia, mas concordo com o que o Nivaldo falou, que eles apresentem um plano pra gente analisar e ver os pontos onde a gente pode melhorar. Mas por questões técnicas também, à atuação noturna ela não é indicada por conta do risco a vida humana, porque é um cenário de difícil acesso, difícil combate. O fogo, ele para quem já atuou, já esteve presente ali combatendo diretamente, é um cenário complicado e o risco que traz a vida humana não compensa a atuação à noite. É por isso que geralmente a gente não atua. É lógico, se tiver ali condições de segurança, a gente vai atuar e vai permitir que outros atuem. Mas como o Corpo de Bombeiros tem essa responsabilidade, normalmente a atuação não é feita à noite.

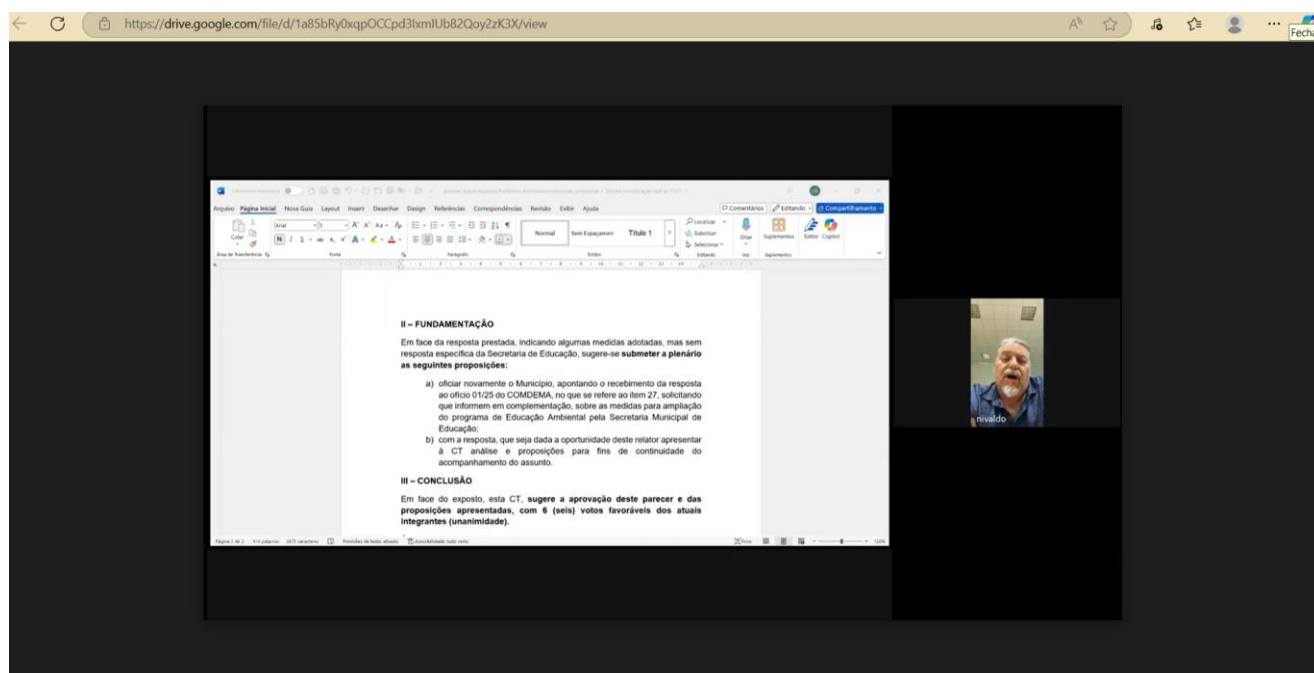
Processos distribuídos - CTUOS – SEI PMJ 0004634-2025 Certidão de uso do Solo, SEI PMJ 31.561/2025 - Solicitação de Certidão de Uso do Solo, SEI FMS. 0001106/2025 de Certidão Ambiental do processo de Regularização Fundiária do Condomínio Residencial dos Metalúrgicos. CTFL – Proposta de Alteração da composição do COMDEMA.

O primeiro secretário Wagner de Paiva, lavrou a presente ata que leva como anexo a lista de presença.

Jundiaí, 15 de outubro de 2025.

Wagner de Paiva
1º Secretário COMDEMA 2023-2025

Nivaldo Callegari
Presidente COMDEMA 2023-2025



https://drive.google.com/file/d/1a85bRy0xqpOCCpd3hxmIUb82Qoy2zK3X/view

II - FUNDAMENTAÇÃO

Em face da resposta prestada, indicando algumas medidas adotadas, mas sem resposta específica da Secretaria de Educação, sugere-se **submeter a plenário as seguintes proposições:**

- a) oficial novamente o Município, apontando o recebimento da resposta ao ofício 01/25 do COMDEMA, no que se refere ao item 27, solicitando que informem em complementação, sobre as medidas para ampliação do programa de Educação Ambiental pela Secretaria Municipal de Educação;
- b) com a resposta, que seja dada a oportunidade deste relator apresentar à CT análise e proposições para fins de continuidade do acompanhamento do assunto.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, esta CT, sugere a aprovação deste parecer e das proposições apresentadas, com 8 (oito) votos favoráveis dos atuais integrantes (unanimidade).